



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro**  
**Gabinete da Prefeita**

LIDO NO  
EXPEDIENTE  
Em 06/07/05

Presidente

RECEBIL  
Em 09/09/05

Função

**LEI Nº 863/2005**  
**DE 31 DE AGOSTO DE 2005.**

Dispõe sobre a revogação da Lei nº 741/01, a regularização dos parcelamentos do solo urbano e adota outras providências.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO/AL.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal nº 741/01.

Art. 2º - Os parcelamentos do solo urbano, realizados, irregularmente, no Município de Marechal Deodoro, até a presente data, poderão ser regularizados perante a Prefeitura deste Município mediante requerimento do loteador, instruído com toda a documentação necessária referente à área a ser parcelada;

§ 1º - O parcelador terá um prazo de 30 (trinta) dias após a sua notificação para comparecer à Secretaria de Desenvolvimento Urbano para requerer a regularização do parcelamento, e um prazo de 120 (cento e vinte) dias após o comparecimento para atender as exigências legais.

§ 2º - Caso o parcelador não compareça após a notificação ou não cumpra as exigências legais dentro do prazo estabelecido por esta Lei, o processo será encaminhado ao Ministério Público para as providências judiciais cabíveis.

Art. 3º - Os parcelamentos que não estiverem de acordo com a Lei Federal nº 6.766/79, Lei Municipal nº 612/94 e suas alterações e com as demais legislações pertinentes a espécie, deverão se enquadrar das seguintes formas:

I - Em caso de falta de área destinada à área verde, equipamentos comunitários e urbanos, poderá ser anexada área contígua ao parcelamento para esta destinação;